

## 5. O ENCONTRO COM A AGROECOLOGIA

Embora cada uma dessas mulheres tenha se aproximado da agroecologia de uma forma, em função da sua história pessoal e de sua família, do tipo de relação que manteve com as entidades de assessoria e com os movimentos sociais, e também do seu próprio interesse e envolvimento com a questão, pode-se afirmar que, no contato com as propostas agroecológicas, abriu-se para elas uma nova perspectiva de relação com a agricultura.

Para as agricultoras que assumiram a realização da transição para a agroecologia em seu cotidiano, essa forma de trabalho mostrou-se mais atrativa do que a agricultura convencional, em função de vários fatores que serão comentados ao longo deste capítulo. Antes de tudo, porque representava uma alternativa viável de melhoria nas condições de vida das famílias. Com poucos recursos para investimento na atividade agrícola, o fato de aproveitar mais intensamente o potencial de cada agroecossistema e de exigir menos gastos com insumos externos tornava-se uma vantagem significativa, apesar do aumento da carga de trabalho. Por outro lado, ao valorizar as atividades que já eram realizadas pelas agricultoras, a proposta agroecológica oferecia a essas mulheres a possibilidade de reafirmarem-se como sujeitos na agricultura, exercitando a sua criatividade, a sua capacidade de observação e de experimentação.

Para outras mulheres, por sua posição de lideranças em movimentos sociais rurais, a aproximação se deu por uma via mais política. A agroecologia apareceu como parte de um modelo de desenvolvimento adequado às demais lutas sociais às quais estavam engajadas. A agroecologia passa a ser defendida não apenas por pre-

conizar sistemas agroalimentares ambientalmente sustentáveis, mas, sobretudo, por ser construída “de baixo para cima”, por buscar a redistribuição de renda e de poder e promover a justiça social. Já mobilizadas por outras questões relacionadas às lutas pela sobrevivência da agricultura familiar, essas trabalhadoras tomam para si a agroecologia como proposta de produção e consumo que simboliza a resistência a um modelo produtivo considerado injusto, ao mesmo tempo que orienta uma utopia de sociedade rural a ser construída.

### Neneide e Francisca Lourdes e o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer

Nos casos do assentamento de Mulunguzinho, no Rio Grande do Norte (onde vivem Neneide e Francisca Lourdes), no de Dandara dos Palmares, na Bahia, (onde vive Del), que será analisado em seguida, as primeiras experiências com a produção sustentável ocorreram em uma área coletiva, reivindicada pelo grupo de mulheres junto à associação do assentamento, para produção de alimentos e geração de renda. Para enfrentar o desafio de trabalhar de forma agroecológica, elas tiveram que, ao mesmo tempo, capacitar-se para lidar com uma tecnologia à qual não estavam acostumadas e ser pela primeira vez, as gerentes da própria produção, sem contar com o apoio organizativo, ou mesmo, em alguns casos, com a mão de obra dos homens.

Em Mulunguzinho, a ideia de fazer uma horta orgânica surgiu da confluência de vários fatores. O grupo de mulheres estava se organizando para atuar junto à associação do assentamento; apoiadas pelas assessorias da AACC e do CF-8, decidiram buscar alternativas produtivas para que pudessem obter alguma renda. Tiveram a oportunidade de obter um empréstimo com uma entidade financiadora, o Grupo de Apoio às Realizações para o Desenvolvimento (Gard Brasil), e optaram por uma atividade com que algumas delas já tinham familiaridade, ainda que não no sistema orgânico.

A opção por esse tipo de empreendimento foi tomada após a avaliação de outras atividades (criação de galinhas, confecções, produção de doces), em que foram considerados diversos critérios: o fato de ser uma atividade agrícola, pois elas queriam continuar

sendo agricultoras; a expectativa de obterem um rendimento significativo; e também a possibilidade de fornecimento de alimentação para a família, sem ter que lidar com agrotóxicos – que queriam evitar por receio das consequências para a saúde das pessoas e do ambiente.

A assessoria técnica dizia que a gente ia ganhar muito dinheiro, porque ia poder vender mais caro. E a gente queria isso mesmo, ganhar dinheiro. Mas a gente não sabia nada disso de orgânico. A gente queria fazer alguma coisa na agricultura, e gostamos da ideia de não ter que mexer com veneno, que ninguém queria. Já tinha tido um caso de um agricultor que morreu de câncer na região. Ele era assalariado em uma grande produção de melancia irrigada, e todo mundo dizia que era por causa do veneno. (Neneide)

O projeto da horta orgânica, envolvendo nove mulheres, começou ocupando uma área de meio hectare dentro do assentamento, cedida pela associação. Dez anos depois, o Grupo de Mulheres Decididas a Vencer ocupava sete hectares, realizando várias atividades além da horta (produção de mel, de plantas medicinais, de frutas, criação de animais). O número de participantes foi variável nesse período: entre seis e doze mulheres, com algumas desistências e a entrada de novas integrantes.

Antes da horta, como foi comentado, elas nunca tinham trabalhado de forma orgânica, tampouco eram familiarizadas com a produção “moderna”, com o uso intensivo de insumos. Oriundas de famílias muito pobres, que trabalhavam em regime de meação, eram acostumadas com o sistema de derrubar a mata ou capoeira, limpar o terreno, queimar e plantar. Os tratamentos culturais se resumiam à capina feita com enxada, para manter o terreno limpo. Quem tinha um pouco mais de recursos financeiros, utilizava insumos químicos e irrigação; mas essa situação não era comum.

Com os recursos do projeto, contrataram um agrônomo para dar assistência técnica ao grupo por três meses, para a instalação da horta, e também fizeram cursos e viagens para conhecer experiências com o sistema orgânico de produção. Mesmo assim, na prática

cotidiana, tiveram de se deparar com muitas dificuldades técnicas. Elas relatam, rindo, que não sabiam mexer com eletricidade e que “levaram muito choque” até acertar como consertar a bomba de irrigação; assim como “tomaram muito banho de lama” até aprender a fazer a emenda dos canos. Ao longo da trajetória do grupo, tiveram que aprender a combater formigas sem usar inseticidas, assim como a fazer um planejamento de longo prazo, para dar conta da demanda de produtos durante o ano. Algumas hortaliças que passaram a cultivar eram desconhecidas para elas, que nem sequer sabiam como prepará-las.

Desde o início decidiram dividir-se em duplas que ficavam responsáveis por tarefas determinadas, conforme aquilo de que mais gostavam ou com que tinham mais experiência. Neneide e Francisca Lourdes são apontadas pelo grupo como as que mais detêm conhecimentos “técnicos” sobre a agroecologia; são quem sabe quais os procedimentos realizar em cada caso, quais produtos (caldas, compostos) podem ser utilizados, etc.

Com o apoio do CF-8 e da AACC, obtiveram, nesses dez anos de funcionamento do grupo, recursos de outros projetos para investimento na horta e para pagamento de assistência técnica.<sup>1</sup> Puderam participar também de seminários, encontros, cursos de formação e

---

1 Além do CF-8 e da AACC, o grupo tem contado com o apoio técnico e financeiro de outras entidades. Uma delas foi o Centro Terra Viva, ONG, criada em 1997, que assessora assentamentos mediante convênios com o Inca. O Terra Viva assessorou o grupo entre 1997 e 2000 com recursos do Projeto Lumiar (projeto financiado pelo Inca em que eram contratadas empresas terceirizadas ou ONGs para prestação de assistência técnica aos assentamentos; as empresas eram escolhidas em conjunto com os assentados), e, após o término deste, com recursos do Programa Ates – Assessoria Técnica, Social e Ambiental às Áreas de Reforma Agrária. O Grupo de Mulheres foi apoiado também pela Visão Mundial (entidade de cooperação, atuante no Brasil desde 1975). Depois de 2003, passaram a receber alguns recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a realização de projetos produtivos e de capacitação. Todos esses apoios foram irregulares, e, por vários períodos, elas não tiveram nenhum tipo de assistência técnica.

intercâmbios de experiências, em outros lugares do Nordeste e do país. Como elas dizem, começaram como uma horta orgânica, mas, com o tempo, passaram a trabalhar de forma “agroecológica”; do seu ponto de vista, há entre esses dois sistemas diferenças fundamentais:

A passagem para a agroecologia foi no meio do processo: nos intercâmbios, com o Lumiar, com os técnicos, em algumas capacitações, com assessorias. A gente começou a perceber que, em algumas coisas, o capitalismo estava se apossando do pacote orgânico, e que ia ser outro pacote. Tudo a gente precisava comprar: ia explorar quem estava consumindo, porque ia ter que vender mais caro, e a gente ia ter que comprar tudo pronto. Ia ser a mesma coisa de sempre, mas em vez de chegar lá na loja e dizer “me dê um adubo químico, um veneno”, ia dizer “me dê um produto orgânico”. Não ia ter nada de natural. Não ia ter nada disso de discutir relações humanas, de homens e mulheres. A gente trabalhava também a questão do meio ambiente, de ter diversidade, a gente queria outra coisa. Aí é que veio a transformação, do que antes era só uma horta orgânica. (Neneide)

A gente queria ir além de uma substituição de adubo, queria tudo o que é a agroecologia. Queria ter um preço mais acessível para quem estava comprando, sair dessa história de comercialização só para algumas pessoas da classe média. A gente queria levar os nossos produtos para o público, para a feira livre, para as pessoas comuns terem condições de comer também. (Francisca Lourdes)

Antes de começar a produzir, elas já tinham buscado alternativas de comercialização e foram construindo o que posteriormente se transformou em uma rede de comercialização solidária. Inspiradas em uma experiência existente em Fortaleza, no Ceará, formaram uma associação de consumidores em Mossoró (Associação de Parceiros e Parceiras da Terra), com sócios que passaram a contribuir com uma mensalidade, recebendo em troca uma cesta semanal com produtos da horta. Em 2003, em conjunto com outros grupos produtivos da região, a maioria formada por mulheres, criou-se a

Rede Xiquexique de Comercialização Solidária,<sup>2</sup> que organiza duas feiras de semanais de produtos ecológicos, uma no município de Apodi e outra em Mossoró, e mantém ainda uma pequena loja em Mossoró, que serve como um espaço de comercialização permanente para os grupos de toda a região. São colocados nessa loja não só os produtos da horta (verduras, legumes), como também mel e derivados, castanha-de-caju, galinha caipira, ovos, carne de bode, doces e vários tipos de artesanato (produtos de palha, cerâmica, bordados), todos produzidos pelos grupos da região.

### Del e o Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares

O Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara dos Palmares, no sul da Bahia, onde vive Del, tem uma história semelhante, pois também começou como uma organização das mulheres que buscavam afirmar-se dentro do assentamento por meio de uma atividade produtiva. Foi criado por uma iniciativa de Del, que, motivada pelo trabalho da Pastoral da Criança, buscava formas de combater a desnutrição no assentamento. A Pastoral disponibilizou recursos de um fundo rotativo para que elas comesçassem a produção.

Quando ocupamos essa fazenda, eram setenta famílias. Havia muitas crianças e muita desnutrição. A produção que tinha lá era só cacau, e há dez anos tinha sido abandonada, depois da vassoura-de-bruxa [doença causada por um fungo, que dizimou os cacauais da região no final da década de 1980]. Não havia alimentos, tudo tinha que comprar [...]. Formamos um grupo de mulheres e surgiu

---

2 A Rede Xiquexique ancorou-se na experiência de vários grupos produtivos existentes na região e em especial na do grupo de Mulunguzinho. Em 2006, era formada por 55 grupos, organizados em três núcleos regionais (Mossoró, Baraúnas e Apodi), atingindo aproximadamente 5.500 famílias. O processo de formação dos grupos de economia solidária na região e a constituição da Rede Xiquexique são apresentados e discutidos em Carvalho (2006).

a ideia de fazer um roçado comunitário. E esse roçado foi conseguido com a associação e com o sindicato. Inicialmente eram quatro hectares. [...] A gente queria fazer isso de forma diferente, sem queimar. Os produtos eram: lavoura branca, mandioca, gergelim, banana-da-terra, batata, tudo o que fosse para a alimentação, para a segurança alimentar daquelas famílias. Esses produtos a gente podia distribuir entre as famílias que estavam participando e também vender para ter o retorno, para poder devolver o recurso e dar para outras comunidades. Eram vinte mulheres, pensando na comunidade como um todo. (Del)

Del já tinha tido contato com os sistemas agroflorestais que vinham sendo difundidos pelo Sasop na região e tinha ficado entusiasmada com o que vira em um intercâmbio com agricultores ecológicos em Pernambuco, assim como em um estágio que fez na propriedade de Ernst Götsch,<sup>3</sup> no sul da Bahia, sobre manejo ecológico da floresta.

O Sasop, quando chegou por aqui, fez uma parceria com o sindicato, que continua até hoje. Isso foi em 1995, 1996. Eles escolheram algumas comunidades de base para trabalhar: Pimenteira, Marimbondo, Garcia e Tabela. Eu morava na Pimenteira, mas trabalhava na roça dos outros, como meeira. Eles faziam os mutirões nas Áreas Demonstrativas. Eu ia acompanhando, trabalhando; e vendo aquilo, eu pensava: “Quando eu tiver minha terra, vou querer fazer esse trabalho”. Em 1996 eu fui escolhida para ir numa viagem a Recife, para conhecer o trabalho ecológico lá. Foram seis homens e só eu de mulher. Chegou lá, não havia muitas mulheres, mas tinha dona Lourdes, uma agricultora agroecológica. Ela trabalhava com abelha, com doces, com horta, com tudo ela trabalhava, era muita diversidade. E tinha uma pequena fábrica de fazer as passas de frutas. O seu Jones e a dona Lourdes começaram a contar que, quando eles

---

3 Ver nota de rodapé nº 55 sobre Ernst Götsch.

começaram, eles também plantavam na roça dos outros, e a terra deles era uma terra morta, que não dava mais nada. Agora todos eles, toda a família, trabalham dentro da propriedade, e até têm que contratar gente de fora, de tanto trabalho que tem, e tudo em sistema agroecológico. Vendo isso eu fiquei com mais garra. (Del)

Desde que voltou dessas viagens, Del começou a fazer experiências no próprio lote, acreditando que aquele sistema poderia produzir mais do que o sistema tradicional que utilizavam habitualmente:

Na primeira área que a gente pegou, quando os lotes foram divididos, eu resolvi cortar o capim e amontoar; em vez de botar fogo, fui botando em cima. Mas eu ia para a roça e pensava comigo: “Será que isso vai dar certo?”. Quando o povo perguntava, eu respondia com confiança: “Dá certo, sim”. Mas eu ficava me perguntando: “Será?”. E ia fazendo. Eu baixava o facão, o povo queria botar fogo, mas eu não deixava. E não tinha assessoria nem nada, era por minha conta que eu ia fazendo. Quando o feijão-de-corda começou a sair e a gente começou a colocar os pauzinhos, eu disse: “Rapaz, o negócio dá certo mesmo!”. E aí plantamos aipim; e só de um pé de aipim a gente tirou sete quilos! Pronto, aí apareceu a formiga. O povo queria botar remédio [agrotóxicos], mas eu não deixava. A gente cavava mais, ia atrás do coração do formigueiro. Era mais uma coisa minha, mas o marido também me acompanhava, e os filhos, todo mundo. (Del)

A decisão de trabalhar dessa forma foi também pelo esgotamento do sistema anterior. Com as capacitações, ela descobriu que poderia “ir tentando” algo diferente, que pudesse restaurar a fertilidade dos solos e aumentar a produtividade do sistema como um todo.

A decisão firme mesmo de trabalhar nesse sistema eu fui tomando no decorrer da vida. Porque a gente trabalhava num lote de menos de 2 hectares, a vida toda, e essa terra estava morta, não dava mais

nem mandioca. A terra ficou de um jeito que nem mato nascia mais. Porque era tanto fogo, tanto adubo, tanto veneno para formiga. A terra, quando recebe assim tanta coisa, ela não aguenta, ela morre, porque a gente mata todos os micro-organismos dela. Aí eu aprendi, pelo trabalho com o Sasop e com o sindicato, que, quando uma terra começa a ter um sapé, ela está pedindo socorro, e a gente começa a fazer uma cobertura morta, umas plantas leguminosas; ela se transforma, ela reage, ela tem uma vida. E eu fui observando. Porque para trabalhar nesse sistema, a gente tem que ir observando, não adianta só trabalhar se não observar; a gente vai sentindo o que está dando certo e o que não. Quando eu comecei ver, eu comecei a ter a segurança de dizer: a gente tem que ir por aí mesmo, isso que vai dar certo. (Del)

A partir dessas experiências, quando elas conseguiram a área para o roçado coletivo, Del propôs ao grupo de mulheres que usassem o mesmo sistema: não derrubar a mata indiscriminadamente, não queimar, não usar adubos químicos nem veneno, deixar cobertura morta, fazer “o manejo” (poda ou corte seletivo de espécies dentro da mata, de acordo com o objetivo da produção). As mulheres concordaram, e, apesar da insegurança delas, da descrença de muitos homens e das dificuldades técnicas encontradas, o roçado consolidou-se. Elas contam, por exemplo, que mais de uma vez encontraram animais soltos (jegues) destruindo a área que elas tinham plantado. Diante das reclamações, os homens diziam que tinha sido um acidente, mas elas acreditaram que era um tipo de boicote, que eles tinham feito de propósito. Relataram as dificuldades que tiveram ao aprender a fazer compostagem, a usar as caldas biológicas em lugar de adubação química, a combater as formigas, os diversos erros que cometeram no início. Mas também relataram os aprendizados.

A gente começou do zero, não tinha praticamente nenhum recurso. A gente quis fazer a roça sem queimar, sem fogo, e isso era um risco, era assustador. Quando deu formiga, não podia colocar veneno. A gente começou a plantar uns matinhos, e colocava nos formi-

gueiros, e o roxinho, e o comigo-ninguém-pode, e isso matava as formigas. Agora já temos um hectare e meio de planta pronta, tem um monte de planta, tudo já botando. Já tiramos mandioca, feijão, já fizemos farinha. Fora o cacau, cupuaçu, pimenta. A gente está na luta. [...] Peço a Deus que a gente cresça. A gente faz remédio caseiro, adubo das nossas plantas, a gente não usa adubo químico – só usa o que a gente faz. (Integrante do Grupo de Mulheres da Dandara)

Elas trabalham no roçado coletivo um dia por semana e, nos demais, no lote da família. Uma questão importante para elas é a cooperação, a forma de dividir o trabalho. De maneira semelhante ao que é feito em Mulunguzinho, cada uma faz aquilo de que mais gosta, e decidem em conjunto como organizar-se para dar conta das tarefas que são necessárias. O grupo do assentamento Dandara começou com vinte mulheres, chegou a ter somente quatro, e, após dez anos de trabalho conta com trinta participantes, sendo onze no trabalho da horta. As demais se organizam em outras atividades: há um grupo que cuida do galinheiro comunitário, outro que faz atividades culturais e discute problemas específicos e ainda um grupo de artesanato que faz trabalhos como crochê, tricô e bordados. Paralelamente, há discussões sobre as questões das mulheres, sobre a necessidade de participação no movimento sindical e sobre outros assuntos como o uso de plantas medicinais e práticas de alimentação alternativa.

A história do artesanato merece um destaque: no início de 2007, com a indicação da ONG SOS Corpo, de Recife, o Grupo de Mulheres da Dandara foi contemplado com um prêmio em dinheiro da Fundação Ford, em reconhecimento pelo trabalho de melhoria da alimentação realizado no assentamento. Discutiram entre elas como utilizariam os recursos do prêmio e decidiram que parte seria destinada à compra de instrumentos de trabalho para o roçado e com o restante comprariam materiais para dar início a um grupo de artesanato. Segundo Del, esse era um sonho antigo das mulheres, uma atividade à qual a maioria delas nunca tinha podido dedicar-se. Era como se fosse um “luxo”, um lazer, um momento de puro

divertimento. Ana Celsa, técnica do Sasop que acompanha o grupo, relata que elas ficaram encantadas, com os olhos brilhando e com sorrisos no rosto quando os materiais chegaram (linhas, agulhas, tecidos). “Elas pareciam crianças. Diziam: A minha vida toda eu quis fazer bordado e nunca pude! E agora nós estamos podendo fazer isso com o dinheiro que ganhamos com o nosso trabalho.”

O grupo passou a se reunir na casa de uma delas, uma tarde por semana. As que tinham mais conhecimentos ensinavam às demais. A maior dificuldade, para elas, era lidar com os materiais delicados: algumas comentavam que a “vista cansada” e que as mãos calejadas pelo trabalho na lavoura não eram apropriadas para esse tipo de atividade, mas continuaram no grupo “pelo gosto de aprender”.

O orgulho por terem obtido o prêmio era muito grande, e o fato de ser um reconhecimento externo ao assentamento também significou uma afirmação do trabalho dela junto aos companheiros e às famílias. Por outro lado, a opção pelo artesanato foi como um símbolo da própria autonomia. Mesmo com tantas necessidades, elas optaram por uma atividade de lazer, que poderia ser considerada pelos outros “uma bobagem”, uma coisa desnecessária; mas, como era importante para elas, decidiram realizá-la, e assim o fizeram.

Depois da experiência do roçado coletivo, muitas mulheres passaram a usar os mesmos procedimentos no trabalho em seus quintais, nos “arredores da casa”. Porém, o avanço desse estilo de agricultura para o conjunto da propriedade esbarrava na discordância dos maridos, que muitas vezes se consideram os “donos” das áreas de roçado.

A gente trabalha desde o quintal até toda a propriedade, tudo. Se a gente fizer só uma parte, a gente não está sendo agroecológico. O quintal faz parte, mas a roça também; é um sistema. Até os animais fazem parte, os grandes e os pequenos, tudo, os remédios, a ração. Em tudo a gente tem que se livrar dos químicos e do mercado. Aproveitar tudo o que a gente tem na propriedade, para não ter que comprar. [...] Algumas pessoas só usam o orgânico no quintal; mas isso é porque o homem não quer usar a agroecologia, porque o

parceiro não quer, e ele acha que a roça é dele. Então ela faz só no quintal, porque no resto ela não manda, não é dela. (Del)

Tanto em Dandara como em Mulunguzinho, as mulheres que participam do grupo produtivo são unânimes em defender que a área coletiva seja um espaço só delas. Os maridos podem participar eventualmente, a pedido delas e mediante pagamento de diária, para a realização de algumas tarefas (algum serviço mais pesado, como destoca), desde que fique bem claro que é uma relação profissional, na qual elas têm o poder de mando. São dois os argumentos usados para a preservação desse espaço: por criar uma sociabilidade específica na convivência entre as mulheres, uma vez que é um espaço onde elas se sentem à vontade, livres de constrangimentos, e por ser uma oportunidade de aprendizado técnico e gerencial, que no âmbito da produção familiar seria mais difícil conseguir, uma vez que os homens geralmente monopolizam as informações e controlam o processo de trabalho.

Tem gente que diz assim: “Por que vocês não botam os maridos de vocês ali?” [no roçado coletivo]. A gente não bota porque a gente sabe que vai gerar muito conflito, porque nós temos uma visão diferente. Eles não tiveram essa capacitação de trabalhar com agroecologia, o negócio deles é queimar, é desmatar, é tirar toda a sujeira, e para nós não é assim. Na agroecologia não tem isso. Na agroecologia a gente sabe que tem que ter mesmo cobertura no solo, o que a planta colheu do solo ela tem que devolver, cobrindo o solo, se decompondo, e eles não têm essa visão. Outra coisa, eles vão querer ficar impondo, vão querer ficar dizendo: “Não, você vai fazer isso, você vai fazer aquilo, isso não é assim, você está errada”, e para evitar essas coisas, a gente acha melhor ficar só, cada um lá no seu cantinho. Quando precisa de algum vir aqui, dar uma mãozinha de obra à gente, a gente tendo com que pagar, a gente paga. E não tendo, a gente diz: “Olha, a gente não está com dinheiro para pagar, e está precisando fazer isso”. Alguns maridos vêm ajudar, [...] mas tem uns que não vêm, que não querem nem saber. (Francisca Lourdes)

Às vezes o povo pergunta: “Cadê os maridos de vocês, vocês morrem de trabalhar nessa roça e cadê eles que não vêm para contribuir?”. A gente responde: “Olha, isso aqui foi uma conquista nossa. Eles têm outras atividades. Isso aqui fomos nós que decidimos e queremos que seja assim”. [...] A gente tem muita preocupação de não perder uma coisa nossa, que a gente conseguiu com tanta dedicação, com tanto esforço. A gente não quer que eles venham e tomem conta. (Neneide)

Os homens costumam muito se unir, para planejar, para fazer as coisas (até para algumas coisas que não chegam nem no ouvido das mulheres – como tomar cachaça, sair com outras mulheres); então nós mulheres vimos que era preciso também nos reunir para sermos cúmplices umas das outras. Por isso a gente tem um grupo, para aprender umas com as outras e buscar saber os nossos direitos, porque às vezes a gente não tinha quase com quem conversar. [...] É uma coisa que elas [as mulheres] foram buscando, e foram entendendo, elas viram qual era a sua identidade. Elas foram se reconhecendo, através desse grupo. Não é só a questão de ter um recurso. O que a gente ganha de dinheiro com o grupo nem é muito, não é satisfatório, mas o conhecimento, isso que elas estão sentindo, é muito mais que qualquer projeto possa trazer. Depois elas podem chegar em casa e dizer: eu também sei do que você está falando. (Del)

Para as jovens, em particular, o grupo de mulheres e a área coletiva do roçado funcionam como um laboratório onde elas se fortalecem para poder participar, no futuro, em melhores condições, da discussão da gestão da propriedade. Algumas afirmam que nunca haviam pensado em permanecer na agricultura. Mas, quando tiveram a oportunidade de experimentar livremente a condução de uma área e de aprender a pensar o processo produtivo como um todo, se deram conta de que valia a pena ficar.

Eu não era muito fã de trabalhar na terra, fiz uns cursos, mas não gostava. Eu achava que não queria ser agricultora. Mas depois que eu vim para o grupo de mulheres, eu vi que não era tão difícil. É

só ter organização e saber usar o nosso espaço. Daí que eu vi que dá para tocar em frente, firme e forte, com o apoio das outras. [...] Não é tão complicado. Eu achava que não ia conseguir; no começo foi difícil trabalhar na terra o dia todo, minha mão ardia, depois com o tempo a gente percebe que isso é uma coisa só da cabeça, pois tendo prática tudo vai melhorando. É uma coisa que está no sangue. Eu antes não me apresentava como agricultora. Agora, sim, eu posso dizer que sou agricultora mesmo. (Jovem A, participante do Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara)

Algumas estavam analisando a possibilidade de participar do programa federal de crédito fundiário “Minha Primeira Terra”, específico para jovens, para obtenção de um lote em seu nome. Seria uma forma de continuar na agricultura, mas na condição de proprietárias.

Eu estava ali mostrando para um rapaz o trabalho que a gente fez, a nossa roça, mas ele duvidou que fosse só das mulheres. As pessoas duvidam, acham que não foram as mulheres que fizeram; infelizmente não são só os homens que duvidam, as mulheres também. Acham que a gente devia estar só varrendo, cozinhando, cuidando de filho, lavando, mas que não poderia ter uma coisa nossa mesmo. (Jovem B, participante do Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara)

A gente está acostumada a ver na família que os homens é que trabalham na roça, e a gente fica em casa, ou então só vai lá quando eles chamam. Para quebrar isso é complicado, a gente viu isso desde criança. Eu me preocupava muito: “Eu, cuidar de uma roça sozinha?”. Pelo fato de não ser casada, não ter um parceiro. Eu achava que eu não iria conseguir. Depois de trabalhar no grupo de mulheres eu disse: “Mulher é capaz de tudo, e eu sou mulher, eu vou conseguir”. (Jovem A, participante do Grupo de Mulheres do Assentamento Dandara)

Na opinião de Del e de Ana Celsa (do Sasop), a participação no grupo de mulheres mostrou a essas jovens a existência de alternativas de inserção nas atividades agrícolas que não aquelas tradicionais; mostrou que elas poderiam ter um papel ativo, não apenas

como mão de obra dependente dos parceiros, mas como “cabeças” do empreendimento, e que essa opção poderia ser melhor do que a de ir para a cidade, onde só conseguiriam trabalhos menos qualificados. É uma mudança de perspectiva bastante significativa para essas jovens, que pela primeira vez vislumbravam a possibilidade de permanecer no meio rural como agricultoras, mas sem estar em uma posição subordinada aos homens.

Tanto no assentamento Dandara como em Mulunguzinho existem famílias que trabalham de forma agroecológica, com o envolvimento dos homens, ou mesmo com eles à frente dos empreendimentos. Algumas famílias iniciaram o trabalho agroecológico na mesma época que os grupos das mulheres, fruto dos trabalhos das entidades de assistência técnica; outras, um pouco depois, já influenciadas pela experiência delas. Elas relatam a existência de vários tipos de colaboração prática entre esses grupos (trocas de informações, de mudas e sementes, comercialização conjunta) e apontam para a necessidade de se estreitarem essas relações para fazer crescer a consciência sobre as questões ambientais nos assentamentos.

### Zinalva e o Grupo de Mulheres da Associação dos Pequenos Produtores Rurais Extrativistas e Pescadores Artesanais (Apepa)

A história do encontro de Zinalva e Pedro (seu marido), que vivem no Pará, com a agroecologia é bem diferente daquela dos grupos de Mulunguzinho e do assentamento Dandara. Como muitos agricultores ribeirinhos da Amazônia, durante algum tempo eles combinaram o roçado (feijão, milho, mandioca) com a coleta de produtos da mata (em particular, o açaí), assim como a caça e a pesca para sobreviver. Ela e o marido, no entanto, já vinham trabalhando em um sistema de preservação (baseado no cultivo consorciado de várias espécies junto com a mata nativa) havia muitos anos, embora não usassem a expressão “agroecologia” para defini-lo. Quando nos anos 2000 e 2001 “foram descobertos” pelas entidades de assessoria (como eles dizem), suas experiências já estavam bastante consolidadas. A sua motivação para trabalhar dessa forma foi a busca de melhores condições de alimentação e de sustento para a família, pois haviam passado por muitas privações desde crianças.

Nós todos sempre fomos pessoas muito carentes, tanto a minha família, da minha mãe, como a família do Pedro. Nós passamos por dificuldades sérias de alimentos. E sonhávamos em poder dar uma vida melhor para os nossos filhos, pelo menos no sentido de ter o que comer. Então nós começamos a nossa luta aqui, em busca de alimento. A gente não sabia, naquele momento, que o que a gente fazia era agroecologia. (Zinalva)

Apostar na diversidade como forma de fazer render ao máximo o pedaço de terra de que dispunham apareceu para eles como a única opção. As primeiras experiências foram muito difíceis por contarem apenas com a própria mão de obra e praticamente nenhum recurso para investir.

Quando eu vim para cá, o Pedro já estava. Era uma área só de espinho, era abandonada. O Pedro já tinha feito um primeiro trabalho aqui, plantando banana. Nós resolvemos não queimar e não fazer roça, porque a gente via o que os nossos pais tinham feito, e via que isso não dava certo. A gente queria alguma coisa que durasse. [...] Aqui não tinha açaí, foi a gente que semeou. Foi semente por semente. Hoje são dezoito hectares de açaí produtivo. O povo achava que a gente era doido. O açaí não tinha comércio, só o palmito. [...] A gente plantou açaí no começo só para tomar, só para nós; depois é que vimos que dava para vender. Tivemos dificuldades, no início. Começamos com banana, e demora oito meses para produzir, e nesses oito meses a gente não tinha com que comprar nem o que vender. A gente trabalhava o dia todo, então à noite o Pedro caçava e pescava. Era o que a gente comia no outro dia. (Zinalva)

Os meus pais usavam aquele sistema de roça, do “queima e arranca”. Eu achava que aquilo não era legal para mim. Quando eu comecei a trabalhar assim, misturando tudo, eu era muito criticado, porque eu vivia de doação de caroço de açaí. Naquela época o açaí não tinha comércio, não tinha valor nenhum. Eu apostava nele, eu sabia que no futuro seria o ouro, como já está sendo, graças a Deus. Eu ia com vergonha na casa das pessoas e pedia os caroços. As pessoas davam, mas me criticando. [...] Eu fazia umas picadas

e dentro dos quadros e com um paneiro [cesto] no ombro, eu ia semeando. Depois eu brocava, plantava banana; arrancava as bananas nas roças dos outros, e em troca pedia as mudas. Depois eu dava a primeira limpeza na banana e cuidava dos açazeiros. Com o tempo, coloquei seringa e fui botando outras coisas. (Pedro)

A busca de informações com outros agricultores, o senso de observação e os conhecimentos que já tinham sobre o ecossistema local permitiram que conseguissem sobreviver e que fossem consolidando a sua maneira diferente de conduzir a área.

Não sei se é um dom ou uma vocação, mas eu sempre tive uma amizade muito grande com as pessoas idosas, e elas contribuíram muito para o meu trabalho. Eu sempre gostei de conversar, de indagar. Vou perguntando. Nesse terreno aqui já existiram muitas coisas que hoje em dia não existem. Eu resgato isso, trago o que não tinha mais. Vários paus. Mesmo fazendo minhas pesquisas, no chão, eu vi muitas coisas que não tinham mais, e resolvi trazer para cá. (Pedro)

Como foi relatado no capítulo anterior, em 2000 Pedro e Zinalva envolveram-se em uma disputa na comunidade sobre a questão da pesca predatória, que resultou na criação da associação, a Apepa. Nesse processo, aproximaram-se do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (Ibama), da prefeitura local e de entidades de organização da agricultura familiar – sindicatos, movimentos de mulheres. Foram convidados a participar de um diagnóstico ambiental no município, quando tiveram a oportunidade de conhecer toda a região. Segundo Pedro, foi a partir desse momento que técnicos do estado e das ONGs começaram a valorizar a forma como eles trabalhavam. Começaram a procurá-los para conhecer melhor o seu sistema, trouxeram pessoas de fora para visitar a área, levaram-nos para participar de discussões em outras regiões.

Foi então que eles próprios (Pedro e Zinalva) perceberam a importância do que vinham experimentando. Era uma agricultura

de resistência feita com a mata em pé, que ajudava a frear o processo de degradação ambiental que estava ocorrendo na região. Eles se contrapunham a um sistema que havia muitos anos era empregado pelos demais agricultores – derrubar, queimar, fazer roça, substituir a mata por criação de gado. Muitas vezes essas atividades eram realizadas de forma intensiva, sem que houvesse tempo para o solo se recuperar. As atividades de coleta, embora fossem fundamentais para a sobrevivência dos agricultores, não eram valorizadas, eram consideradas atrasadas e algo que não traria a prosperidade à região.

Em 2003, com o financiamento de uma entidade de cooperação do governo alemão, a Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit (GTZ), Pedro teve a oportunidade de fazer um estágio sobre agrofloresta, por um período de quinze dias, na propriedade de Ernst Götsch, no sul da Bahia (semelhante ao que Del tinha feito). Voltou de lá convicto sobre a validade do que vinham experimentando em sua área de trabalho, porque o mesmo estava sendo feito em outras regiões, com resultados positivos. Ernst Götsch e sua esposa, Renata, especialista em alimentação, foram outras vezes ao Pará, onde participaram de cursos e seminários na região. Essas passagens deles por ali deixaram profundas marcas em Zinalva e Pedro.

O meu contato com ele foi aqui, ele veio várias vezes. A gente sentava para conversar, na janta, em todo o canto. Ele é uma pessoa excepcional. Trabalha a questão de gênero de uma forma muito boa, é aquele tipo de pessoa que levanta da mesa já com seu prato para lavar. Se você estava aperreada na cozinha, porque eram muitas pessoas para atender, ele ia lá e ajudava; e ele cozinha muito bem. Processamento de soja, da castanha-do-pará, fazer o queijo da castanha, tudo isso eu aprendi com ele. Extrair o queijo da soja, tudo. Ele é uma pessoa que sabe, e não tem problema nenhum em passar o que sabe para as outras pessoas. E ele é muito sincero também. Depois veio a esposa dele, a Renata, trabalhou com a gente a questão dos aditivos químicos. Ela deu um curso aqui, fez um trabalho muito gostoso com a gente. Já fiz muitos cursos, mas esse foi um dos melhores. (Zinalva)

Alguns segredos do trabalho que eu fazia, eu não sabia, eu aprendi com ele. E ele diz que aprendeu muita coisa comigo. Ele é uma pessoa em quem eu confio muito. Aprendi com ele a conhecer as árvores doentes, renovar a árvore; eu não sabia. Hoje em dia eu faço isso direto, aqui e em outras propriedades. Se você renova uma árvore que pensa que não presta mais, ela cresce muito mais rápido do que se você fosse plantar outra, e fica bonita. Eu também tenho muita coisa para aprender. Se eu pudesse, todo ano eu encontrava com ele. O trabalho não era numa mesa, numa sala. Era todo no mato, com chuva, com vento, seja o que seja, você está lá. (Pedro)

Em 2005, Zinalva foi convidada pelo Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense (MMNEPA) para uma viagem de intercâmbio à Nicarágua, com o objetivo de conhecer experiências camponesas com agroecologia. Embora impressionada com a força de vontade dos agricultores de lá, que, apesar da pobreza e do analfabetismo, “ao invés de desmatarem tudo para criar gado, como fazem as pessoas daqui, plantam de tudo um pouco e não passam fome”, ela se incomodou com a pouca participação das mulheres.

As mulheres de lá não participavam, e a gente questionava o porquê. Só em uma comunidade foi uma mulher que apresentou a experiência. Nas demais, as mulheres estavam na cozinha e os homens na reunião. Nessa comunidade onde a mulher apresentou, o trabalho era mais desenvolvido que nas outras. É aquilo que eu dizia antes: quando as forças se unem, quando as mulheres participam, o trabalho vai melhor. (Zinalva)

Zinalva reconhece as dificuldades que se impõem para que as mulheres possam manter sozinhas uma produção agroecológica, principalmente pelo esforço físico exigido. A proposta é trabalhar em conjunto com os demais membros da família, mas isso não exclui a capacitação para as mulheres.

Algumas mulheres acham difícil, eu mesma acho difícil, trabalhar o dia todo, fazer uma broca, como eles trabalham. Das mulheres, só

temos a Auxiliadora que aceita o desafio e segura mesmo, trabalha o dia todo junto com os homens. Em broca, em poda. Os SAFs [sistemas agroflorestais] dela foi ela mesma que construiu. Do ponto de vista do trabalho físico, do cansaço, é mais difícil trabalhar assim. Chega no final do dia, a gente está com calos nas mãos, estourando sangue. A Auxiliadora sofreu muito. E sempre é mais difícil, não é só na implantação. Exige mais esforço físico, a broca seletiva e a poda. Porque você tem que subir na árvore e cortar lá em cima, onde você não tem sustentação, não tem apoio. É um esforço danado. E também tem que ter coragem. As pessoas fazem porque estão convencidas de que no médio prazo vai valer a pena. Elas pensam: “Eu não preciso derrubar as plantas, e no futuro, elas me ajudam”. (Zinalva)

Em 2005, após a realização de um diagnóstico sobre as condições de produção na comunidade de Monte Sião feito com o apoio de uma pesquisadora da empresa de extensão rural estatal, Zinalva começou a organizar o grupo de mulheres da associação. Naquele diagnóstico tinha ficado claro que era necessário criar atividades que ocupassem a mão de obra e gerassem renda durante o período da entressafra do açaí (de janeiro a junho), pois nessa época muitas famílias passavam dificuldades.

Criou-se o grupo e começamos a trabalhar o artesanato. Como essa época do ano é chuvosa, pode-se trabalhar dentro de casa. A gente faz cestaria com vários tipos de cipós muito comuns na região. Tomando cuidados, de uma forma não predatória. Outra coisa que a gente faz é o viveiro de plantas nativas. Nessa época, tem muita semente: taperebá, caju vermelho, cacau, bacuri, cupuaçu. A gente seleciona as melhores sementes e leva para o viveiro; leva parte do composto que temos aqui e usamos também a terra preta. Quem faz isso são as mulheres, para depois ter muda para reflorestar. Fazemos também as biojoias. Juntamos e limpamos as sementes, secamos no sol, tudo artesanal, a gente não dispõe de nenhuma máquina. É tudo nesse período: tem as sementes, a gente tem tempo, tem necessidade de recursos, está chovendo. (Zinalva)



O grupo vem trabalhando também com práticas de alimentação alternativa, cuja proposta principal é o aproveitamento dos recursos existentes na região. Zinalva conta que aprendeu a trabalhar assim vendo as mulheres da sua família lutando para sobreviver com muitas crianças e pouco dinheiro.

A gente passou muito aperto na vida, na minha família de origem. Quando tinha necessidade, ia para o mato, tirar açaí. A gente levava o cesto para trazer o açaí, e um saco plástico, um vasilhame qualquer fechado; tem uns caranguejinhos – sarará – a gente coletava esses sarará, mamãe escaldava e temperava com chicória e alfavaca, e fazia uma farofa, para a gente tomar com açaí. Desde lá já vinha essa questão de aproveitar o que se tem. A gente não tinha ideia de nutrição, de nutriente, nada disso. A gente precisava comer, porque tinha fome, e ao nosso redor tinha coisas que a gente podia comer. Ia inventando. [...] A gente foi adaptando: se não dá para comer cru, vamos cozinhar, fritar, assar, vamos tentando. A gente cria a própria universidade da gente, porque é a gente desenvolvendo o saber da gente, o aprendizado, de acordo com a nossa realidade e com a necessidade. Naquele tempo, era por pura necessidade. Hoje já é por consciência. Eu sei que o que eu tenho é puro: não tem agrotóxico, não tem aditivo químico, eu posso comer sem ter a menor suspeita – desde que tenha a higiene necessária. [Mostra a mata ao redor do local onde foi feita a entrevista.] Olha só as coisas que tem ao nosso redor, que poderiam nos saciar, caso estivéssemos com fome; tem muita coisa [cita o nome de várias frutas]. Há necessidade de a gente sair daqui, andar, ir até São Domingos [sede do município], para comprar pão? Ou uma maçã? É claro que não. Então eu comecei a observar isso. Eu via minha avó fazendo muita coisa: geleia de cacau, sabão, tudo ela fazia. Você vai juntando as peças. Minha tia, minha mãe, minha avó, dessas experiências, você vai criando a sua própria forma de fazer. (Zinalva)

A proposta do grupo de mulheres (e da Associação também), em todas as suas atividades, além de gerar renda, é resgatar e valorizar a cultura local. Como nos outros grupos relatados anterior-

mente, aqui a divisão de tarefas procura atender às preferências individuais. Um(a) fazem o composto, outras fazem mudas de árvores nativas, outras se ocupam da alimentação, outras trabalham com o artesanato, mas “cada uma faz o que mais gosta e a gente vai se ajeitando”.

A ideia de fazer o artesanato veio da necessidade de ter uma renda, e da observação de que hoje tem muito plástico em tudo – e nossa cultura estava se perdendo. Os nossos pais e avós não usavam sacos plásticos para colocar açaí, ou farinha. Usavam os paneiros forrados de folhas de bananeira, de guarumã, e faziam os seus pacotes. E isso estava se perdendo. Nós buscamos pessoas da comunidade que sabiam fazer, juntamos com quem sabe, e formamos um grupo. É um trabalho também de resgate de cultura. (Zinalva)

A propriedade de Pedro e Zinalva passou a ser uma referência em agroecologia na região, uma espécie de “área demonstrativa”. Eles passaram a receber muitas pessoas, a realizar cursos e intercâmbios e foram assumindo, eles mesmos, o papel de multiplicadores dessas propostas. Chegou a um ponto em que essas atividades eram tão intensas que começaram a atrapalhar a vida da família e o trabalho na propriedade, tanto pelas viagens constantes dele ou dela, como pela alteração da rotina dentro da área. Eles decidiram, em 2007, reunir as organizações com as quais trabalhavam e estabelecer condições para essas parcerias,<sup>4</sup> de forma a continuar a participar do

---

4 Foram chamados para essa negociação movimentos sociais, ONGs e entidades estatais com quem eles mantêm mais proximidade. Uma das condições acordadas foi que os eventos fossem combinados com antecedência; além disso, ficou estabelecido um valor para a diária a ser paga pelos visitantes, considerando que Pedro ou Zinalva praticamente perdiam o dia de serviço ao atendê-los; além da cobertura dos gastos com alimentação, hospedagem, limpeza da área, etc. Quando os procurei para propor a entrevista com Zinalva para esta pesquisa, ela e Pedro me explicaram a necessidade de cumprimento dessas regras, que foram aceitas por mim.

movimento, mas conciliando as atividades públicas com a vida da família.

## Efigênia

No caso de Efigênia, que vive na Zona da Mata, em Minas Gerais, foi com a participação em cursos e seminários sobre agricultura alternativa promovidos pelo CTA-ZM que ela e Cirley, seu marido, decidiram experimentar práticas agroecológicas em sua própria área. Cirley já havia iniciado o trabalho dessa forma na propriedade de seus pais, quando Efigênia se juntou a eles, por ocasião do casamento. Ela vinha de uma experiência de trabalho convencional, no lote de seus pais.

Meus pais tinham um lote pequeno, um hectare e pouco, sendo uma parte de mata. A gente sempre plantava fora, como maceiros, para complementar. A nossa área de feijão, por exemplo, era pequena, era quase um quintal. Eu trabalho na terra desde criança, nunca fiz outra coisa. Agora que meus pais morreram, meu irmão está tomando conta. Estamos pensando o que fazer com os espaços vazios; tem um pouco de mandioca, de café, banana, mas é pouca coisa. E o terreno que é mata é muito íngreme. O milho e o feijão a gente plantava em outra terra. Ali é uma região de laranja, café. (Efigênia)

Na propriedade atual, negociaram com os demais membros da família para produzir de forma ecológica, sem usar venenos e sem queimar, buscando preservar o pouco de mata nativa que ainda existia. Cirley diz que, por ser uma região de agricultores pobres, a Revolução Verde não os atingiu com tanta força, pelo alto custo dos insumos e equipamentos necessários. Mas a própria condição de serem agricultores descapitalizados, sem condições de investir nas terras, estimula a que, o desmatamento seja muito intenso. Com isso, poluem-se as fontes de água e se empobrece toda a flora e a fauna da região.

Na propriedade da família de Cirley (e agora de Efigênia), de aproximadamente dez hectares, eles costumam deixar a área de plantio coberta com restos de outras culturas, para evitar a erosão;

usam composto orgânico; deixam áreas em pousio; apostam na diversidade de atividades e de produtos, incluindo animais; protegem as nascentes dos riachos. Nas lavouras, não usam agrotóxicos nem adubação química; usam métodos de controle manual para amenizar o ataque de insetos, e quando há ataques de outros animais (como é o caso dos pássaros e roedores, por exemplo), em vez de matá-los, usam espantalhos, armadilhas e outras práticas tradicionais que foram revalorizadas pela agricultura alternativa.

Um dos princípios que orienta o seu trabalho é o de respeitar a necessidade dos animais silvestres (e de todos os seres, em última instância) de se alimentarem. Por isso é dada muita importância à existência de remanescentes de matas, ao uso de plantas atrativas para pragas e outras práticas de convivência pacífica com a fauna. Pressupõe-se que, se os animais não tiverem onde se abastecer, atacarão as plantações comerciais.

A gente tenta afastar, fazer com que eles não se aproximem. A gente entende que tanto nós como os animais, todo mundo pode ganhar um pouco. Se eles estiverem prejudicando muito, a gente tem que encontrar outras soluções. Mas todos os seres têm a sua função na natureza. (Efigênia)

A maior dificuldade, para eles, está em convencer os demais parentes e vizinhos sobre a necessidade de utilizarem essas práticas e, particularmente, de não desmatar. A pressão para a venda da madeira é constante, e também há um consenso de que transformar as áreas em pastagens daria mais lucro, pelo menos no curto prazo. Muitos moradores da região sobrevivem realizando trabalhos temporários em cidades próximas, e a agricultura, à qual muitos não querem mais se dedicar, passa a ser uma atividade secundária na formação da renda familiar. Vira um círculo vicioso: a necessidade de obtenção de uma renda monetária é cada vez maior, quanto mais a agricultura voltada para a alimentação vai sendo abandonada. Efigênia está convencida de que essa situação é insustentável, pois, se o meio rural não resistir, a devastação será maior e ficará muito difícil a sobrevivência dos que permanecerem. Uma forma de reverter

essa situação seria a valorização dos produtos alimentares. Mas essa questão esbarra na necessidade que todos sentem de “ter dinheiro na mão”.

Renda é ilusão, mas precisa ter um amadurecimento para entender isso, porque as pessoas valorizam mais uma televisão, uma roupa bonita. Precisa computar não só a renda em dinheiro, tem que contar o que está produzindo. As pessoas acham que renda é só salário, Bolsa Família,<sup>5</sup> o que vende, o dinheiro vivo. (Efigênia)

Nos anos 2000, ela e Cirley começaram a participar dos diagnósticos nas comunidades para construção do plano de desenvolvimento do município (dentro da proposta da Agenda 21),<sup>6</sup> passaram a ter uma visão dos problemas da região para além da sua propriedade e foram se tornando cada vez mais militantes da causa ambiental também por perceberem que não conseguiriam resistir na agricultura se estivessem isolados. Questões como a proteção das nascentes, o destino do lixo, o uso do solo, o uso da água, as queimadas foram as que mais marcaram Efigênia nesse processo de se construir uma visão de futuro para a região.

Na Comissão de Mulheres do sindicato, a opção foi priorizar a discussão sobre o sistema agroalimentar em uma perspectiva de

- 
- 5 O Bolsa Família é um programa de transferência de renda criado pelo governo federal em 2003 para auxiliar as famílias mais pobres. Enquadradas dentro dos critérios do Programa, as famílias passam a receber, durante certo período, um valor mensal em dinheiro (normalmente entregue às mulheres), desde que cumpram determinadas condições: mantenham as crianças nas escolas, levem aos postos de saúde para receber vacinações, por exemplo.
  - 6 A construção da Agenda 21 foi estimulada pelo Ministério do Meio Ambiente após a realização da Eco-92 no Rio de Janeiro, como uma forma de mobilizar as comunidades urbanas e rurais para tomarem consciência dos principais problemas ambientais existentes e proporem soluções de compromisso para a sua solução; envolve a sociedade civil, governos e empresários.

resgate dos conhecimentos locais, das práticas de alimentação que haviam sido abandonadas pelas famílias, em função da compra de produtos industrializados. Na casa de Efigênia e Cirley, por exemplo, quase toda a alimentação é proveniente da própria propriedade: arroz, feijão, milho, mandioca, aves, porcos, frutas, verduras, mel, açúcar, café. Para Efigênia, essa é também uma forma de resgate da “dignidade camponesa”, de valores associados a um modo de vida no campo que ela considera importante reafirmar. Mas ela não abre mão de que essa discussão seja feita paralelamente à questão de uma divisão mais equitativa do trabalho doméstico entre homens e mulheres.

É muita injustiça se só as mulheres ficarem com o trabalho dentro de casa, além da roça. Por que o homem não pode cuidar de um menino, fazer uma comida, lavar uma roupa? Tem homem aqui que não levanta da cadeira nem para pegar um copo d’água. Se ficar tudo nas costas da mulher, não funciona. A gente discute isso muito na Comissão [de Mulheres]; não é porque sempre foi assim que tem que continuar, não tem lei nenhuma que obrigue que isso seja assim. (Efigênia)

Essas questões têm sido levadas também na Escola Família Agrícola (EFA) Paulo Freire, criada como resultado desse movimento, que segue o regime de alternância e é focada na agroecologia. Tanto Efigênia como seu esposo são membros do conselho da EFA. Para eles, apostar na viabilidade da escola é apostar na criação de outra mentalidade entre os jovens, convencendo-os da necessidade de mudar a configuração social, econômica e ambiental da região em direção à sustentabilidade, para que a saída da agricultura não seja a única alternativa de vida para esses jovens.

### Inês e Beth

O encontro de Inês e de Beth com a agroecologia, como foi relatado no capítulo anterior, se deu na universidade, em grupos de estudantes sobre agricultura alternativa. Beth se interessava pelas questões ambientais desde a escola secundária, no Rio de Janeiro,

sentindo-se particularmente sensível à questão da iniquidade na distribuição de terras existente no Brasil. Participou de grupos de apoio à reforma agrária, onde também se questionava o modelo agrícola dominante no Brasil, que concentrava renda, destruía os recursos naturais, provocava desmatamento e poluição. Quando concluiu o curso em agronomia, passou a trabalhar em entidades de assessoria a movimentos sociais rurais em diversas regiões do país que juntavam estas duas preocupações: a justiça social no campo (concretizada no apoio aos assentamentos de reforma agrária) e a construção de experiências produtivas no campo da agricultura sustentável.

Inês relata que os problemas ambientais da agricultura já estavam entre as suas preocupações desde muito cedo. Ela tinha acompanhado o que ocorrera na propriedade da sua família, no interior do Rio Grande do Sul, em uma região muito atingida pelo *boom* da soja, nos anos 1970, e tinha suas próprias conclusões sobre a forma negativa como essas mudanças os tinham afetado.

A propriedade de meu pai era baseada em policultivo; ele só começou a plantar monocultura com a soja, em uma parte da propriedade, e o trigo, que ele plantava sozinho. Porque antes ele plantava soja no meio do milho, e o feijão no meio do milho. Depois, quando começou a mecanização, eles começaram a monocultura. Isso foi em 1984 [...] Antes, eles usavam muito pouco veneno, só para praga, para inseto, na soja. E não usavam herbicida, nada, nem adubo, só esterco. [...] Eu lembro que ele sempre mencionava que ele tinha uma relação péssima com veneno. Não sei bem que ano foi, teve uma grande invasão de gafanhoto. Foi uma coisa muito estranha, parecia aquela coisa da Bíblia, das pragas, os gafanhotos subiam e destruíam tudo. Então ele começou a usar um veneno, um pó, que não lembro o que era, e se intoxicou muito, porque ele usava a bomba, mas sem proteção. E ele ficou muito doente, e para ele isso foi a gota d'água. Ele resistia muito aos venenos. Quando a soja estava no meio do milho, não tinha problema de ter insetos. Só começou a dar problemas, ataques de lagartas, quando ela começou a ser plantada sozinha. Aí o meu irmão pulverizava, mas meu irmão também começou a ter problema de saúde, então nenhum dos dois

podia trabalhar com veneno. [...] O que aconteceu lá em casa foi o que aconteceu com todo mundo: se muda de um sistema variado para a monocultura, e tem que usar veneno, todo mundo passa mal. Eles sofreram bastante. E passaram a ter que contratar gente para pulverizar. (Inês)

A rejeição aos agrotóxicos acompanhou Inês desde essa época; ela conviveu pessoalmente com o mal-estar causado pelas pulverizações e não aceitava que esse modo de produção fosse o único possível.

Eu me lembro bem da época em que começou a minha revolta com o veneno. Antes eu não percebia muito, mas teve uma época em que começaram a pulverizar demais. Eu era adolescente. Era um pó. A gente morava na beira de um rio, todas as propriedades davam para a beira do rio, e a extensão da área era em direção ao morro. As pessoas pulverizavam o morro e o pó vinha descendo e vinha para cima da gente. Todos os dias, no final de tarde em casa, a gente sentia aquele cheiro do veneno dentro de casa. Aquilo era muito horrível. Eu tinha uma rejeição muito grande a isso. Aí que foi o meu despertar para essa questão. Foi essa coisa de vida, de quase intoxicação diária, que me levou ao movimento ecológico. Eu me lembro bem: eu tinha noção de que aquilo era muito absurdo. Eu me lembro da minha mãe, ela plantava feijão, e o cara da loja onde ela comprava o veneno dizia: “Não precisa se preocupar, a senhora pode botar, isso não faz mal”. Ela plantou com a mão, e quando a gente foi pegar o feijão para comer, o cheiro era horrível; a gente perguntava: “Mãe, tem certeza de que isso aqui não vai fazer mal?”. Ela dizia: “Não, lava umas quantas vezes, com o calor vai sair tudo”. Eu questionava isso, eu percebia que a qualidade de vida lá em casa tinha ficado pior. (Inês)

Inês entrou na universidade em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, primeiramente para o curso de pedagogia; mas seu interesse pelas questões da agricultura a levou à participação em um grupo ecológico, e alguns anos depois, ela passou para o curso de agrono-

mia. Esse grupo foi fundamental para ela, não só do ponto de vista da discussão sobre as alternativas ao modelo agrícola da Revolução Verde, mas também como um espaço para a definição de sua postura ética e profissional futura.

Quando eu passei para pedagogia, entrei em contato com o pessoal da agronomia, que traziam essas questões. As fichas foram caindo para mim, e eu fui sentindo necessidade de ficar próxima daquele movimento. De poder intervir na agricultura, nessa perspectiva. Eu nem questioneei, achei que esse era o caminho; eu disse: “É por aí”. Eu acho que temos que fazer outro tipo de agricultura. A minha tentativa de entrar na agronomia foi para mudar isso. [...] [O grupo ecológico] era um grupo muito ligado à base, tinha essa história do conhecimento ser horizontalizado, não tinha as lideranças e “os outros”; uns sabem e os outros não precisam saber, não ia nessa lógica. A ideia era inclusive levar mais conhecimento para os agricultores, fazer essa ponte, e a gente se qualificar também. Não tinha essa história de quem era mais, quem era menos. Isso foi muito definitivo na minha vida profissional e pessoal. Esse contato me marcou, foi o que me legitimou para a minha vida, para ser o que eu sou. E também a questão da educação popular, de ter o conhecimento compartilhado, dialógico, tudo foi com esse grupo. (Inês)

Depois de formada, Inês trabalhou por alguns anos em assessorias sobre agricultura alternativa; posteriormente, em meados dos anos 1990, foi viver em um sítio no oeste do Paraná, onde, junto com seu marido, também agrônomo e pesquisador, testou e desenvolveu práticas de transição para a produção agrícola e de criação animal adequadas à agricultura familiar da região. Sua propriedade, tal como a de Zinalva e Pedro, se transformou então em uma espécie de “área demonstrativa”, um centro de referência em agricultura alternativa.

Começou com uma horta, de mil metros quadrados, com canteiros, e aos poucos foi aumentando. A gente ia fazendo controle de insetos, adubação orgânica e vendendo a produção para conheci-

dos, para festas na comunidade. Depois começamos a organizar uma feira para comercializar. Eram muitas mulheres trabalhando com hortaliças. Como eu estava produzindo também, participava tanto como agricultora quanto como técnica. Montamos essa feira ecológica em Francisco Beltrão. [...] Além da horta, sempre tivemos galinhas, para consumo e para a venda também, produção de ovos. E começou a história de recuperação de algumas raças. A gente tinha oito raças puras, um trabalho muito legal. Foi buscado no Uruguai e na Argentina, raças que já estavam quase em extinção, e a gente começou a reproduzir para os agricultores familiares, com ajuda da Assesoar e da Cresol [entidades de apoio à agricultura familiar na região]. Uma época chegamos a ter quase mil animais na chácara, de diversas idades, uns nascendo, outros adultos. [...] Nós tínhamos a horta, para venda na feira e para entrega em sacolas. Também vendíamos para supermercados: as hortaliças, as galinhas, os ovos. Mais tarde a gente agregou também ovelhas; fizemos vários experimentos de adaptação de ovelhas, e vendíamos borregos para reprodução. Era um sistema muito bom, em que tudo se complementava. (Inês)

Em 1999 ela e seu marido, Paulo Mayer, editaram um livro que se tornou muito conhecido no meio agroecológico: *Manual de alternativas ecológicas para a prevenção e controle de pragas e doenças* (Burg; Mayer, 1999). Nesse livro, que se encontra na trigésima edição e é indicado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) como referência básica em agroecologia, compilaram e sistematizaram técnicas ecológicas utilizadas pelos agricultores e agricultoras do sul do país para uso tanto na produção agrícola como na criação de animais.

A experiência com a chácara durou até 2005, quando o casal se separou, e Inês deixou a vida de agricultora, voltando a se dedicar somente às assessorias técnicas. Inês se ressentia de aquele trabalho ter tomado dimensões muito grandes, que sufocavam a sua vida pessoal, e de ter pouco espaço para discutir o gerenciamento do empreendimento. Optou por voltar à universidade, para cursar o mestrado em agroecossistemas, em Florianópolis, cuja pesquisa foi

sobre a participação das mulheres nas feiras ecológicas do oeste do Paraná, que tinha ajudado a criar. Hoje ela mantém um site, onde divulga informações e promove trocas de experiências sobre agroecologia, continuando em sua trajetória de estimular a discussão e a validação de conhecimentos em conjunto com os agricultores e as agricultoras, sempre dando destaque para questões que envolvem as mulheres.<sup>7</sup>

## Izanete

Izanete vive na região do Planalto Médio do Rio Grande do Sul, uma das áreas mais atingidas pela Revolução Verde no estado. Seus avós, com quem morava, venderam a terra quando ela era adolescente e foram para a cidade. Ela voltou a morar no meio rural quando casou com Fernando, um pequeno agricultor que plantava soja, mas que, até então, também morava na cidade. Influenciados pelas discussões nas pastorais sociais, eles decidiram tentar a vida “como camponeses” e se mudaram para a propriedade da família dele.

Começamos tudo, porque aqui só se plantava soja. Foi uma briga com meu sogro, porque era uma sociedade, com sogro, cunhados; tudo tinha que ser dividido. Foi difícil conseguir um cantinho para plantar o que a gente queria. Meu sogro não concordava. A gente ia dando um jeito; plantava milho no meio da roça, e quando a terra ficava meio alagada, e não dava para plantar soja, a gente plantava outra coisa. Naquela época ainda se conseguia umas sementes crioulas. A gente foi ajeitando horta, plantando coisas. Só nós dois, no muque. Não tinha luz, não tinha carro. Hoje tem de tudo: leite, soja. E de tudo para comer: feijão, batata, arroz, mandioca, horta, verduras, frutas, mel, plantas medicinais, e também as minhas flores. (Izanete)

7 O site é: <<http://agroecologiaealternativasecologicas.blogspot.com>> Acesso em: dez. 2008; ver também Burg (2005) e Burg; Mayer (1999).



A participação na militância social – na igreja, no sindicato e no movimento de mulheres – foi o que os aproximou da agricultura alternativa. Em 1990, ela fez um curso sobre agroecologia no Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap),<sup>8</sup> em Passo Fundo, a convite do movimento de mulheres, que lhe possibilitou questionar o sistema de produção dominante na região, com o qual já se sentia incomodada.

Nesse curso é que eu fui despertar para essa questão da agroecologia. Eu achava que não tinha mais saída, que não tinha como fazer diferente. E ali eu vi que existiam experiências que faziam diferente. Isso de veneno sempre incomodou a gente. Basta dizer que veneno é veneno, o nome já diz tudo, não pode fazer bem, incomoda até hoje, é um tormento. Aí eu fui para aquele curso, sobre essa questão da agroecologia, foi muito bom. (Izanete)

Fernando também fez um curso semelhante, pouco tempo depois. Eles começaram então a utilizar algumas técnicas alternativas na sua produção: adubação orgânica, o uso de esterco de galinha, de biofertilizantes; métodos mais naturais aplicados à criação do gado (alimentação, saneamento). Segundo Izanete, a lógica era “aproveitar mais o que se tinha na propriedade”. Mesmo a saúde da família começou a ser cuidada de forma mais natural, com os remédios caseiros feitos com as plantas medicinais.

A economia da região onde vivem depende totalmente do chamado “complexo agroindustrial da soja”. A soja é plantada com sementes transgênicas, mecanização, adubos químicos, agrotóxicos, em um sistema bastante dependente do financiamento bancário. A comercialização é feita por grandes empresas e cooperativas, e os pequenos agricultores ocupam uma posição subordinada nessa ca-

---

8 O Cetap foi criado em 1986, em Passo Fundo, RS, a partir de articulações de diferentes movimentos sociais rurais, como um centro para formação em tecnologias sustentáveis para agricultores familiares. Mais informações em: <<http://cetap.org.br>>. Acesso em: ago. 2014.

deia. Esses últimos não definem as condições de plantio, as regras de financiamento com os bancos e não conseguem negociar preços com as empresas.

O que se planta sem veneno e sem adubo químico é só a comida mesmo, é o que é para dentro de casa – e olhe lá. Essa parte são as mulheres que fazem. É o que vai para a feira. Na soja, é todo o contrário. (Izanete)

Na área de Izanete e Fernando não é diferente. Apesar de terem resistido durante algum tempo, com a falta de sementes na região, tiveram que plantar também soja transgênica. Não é possível financiar a lavoura no banco, por exemplo, se não houver comprovação da origem das sementes. E eles dependem do financiamento para custear toda a produção e para ter acesso a algum tipo de seguro agrícola. Mesmo assim, tentam seguir os princípios de uma produção mais natural no restante da propriedade.

Vendemos a soja, o leite, um pouco de milho, tudo para uma pequena cooperativa do município. Para a casa, a gente tem a horta, tem mandioca, moranga, trigo (para farinha), queijo. A maior parte da alimentação é produzida pela gente. Algumas coisas a gente compra de vez em quando. Por exemplo, o porco não está gordo ainda, e a banha que tinha acabou. Massa de tomate, essas coisas se compra. Ovo, leite, queijo, macarrão, doces, pães, bolachas, tudo a gente produz. A gente gostaria de poder plantar outras coisas no lugar da soja, para não ter que lidar com agrotóxicos. Mas nessa região é muito difícil. Para ir para uma feira, é longe, a gente gasta muito combustível, para vender nas casas, não vale a pena. O nosso leite é mais natural, porque a gente pode fazer algumas coisas aqui na propriedade. Mas para fazer silagem, por exemplo, é difícil, porque precisa de muita mão de obra, e precisa de máquina. A gente compra alguma coisa de fora, mas tudo o que puder fazer aqui a gente faz. A gente usa, por exemplo, aveia branca, para o gado; e tem área de pasto, também. No verão, a gente planta pastagem de verão, e vai indo. Nas coisas para a casa, se usa esterco de peru, galinha. As terras estão enfraquecidas, e a gente limpa com enxada.

Menos a soja, que usa herbicida. Não dá para capinar vinte hectares de soja na mão, é inviável. É doloroso, mas é o que é possível fazer. O trabalho é simples, não tem nada de sofisticado, é adaptado àquilo que a gente tem. (Izanete)

Desde que assumiu o trabalho com o Movimento de Mulheres Camponesas, Izanete organiza os grupos de base no município em torno de duas questões: a alimentação saudável e o uso de plantas medicinais. Esses dois temas foram escolhidos porque são do interesse imediato das mulheres, e permitem questionar o modelo de produção em seu conjunto.

As mulheres não trabalham na soja. Onde há máquinas, venenos, os homens que trabalham. E as mulheres não querem mexer com isso; isso não é uma coisa delas. O que elas fazem são as coisas da alimentação, é por essas coisas que elas se interessam. E os chás já estavam meio perdidos, mas todo mundo tem um pouquinho, ao lado da cozinha, umas ervas. Elas sempre sabem alguma coisa, nunca deixaram de acreditar, sempre usaram. E é uma porta para começar a conversar com elas sobre as coisas mais gerais. A gente gosta de trabalhar também o conhecimento do corpo, a apropriação da própria saúde. (Izanete)

Izanete avalia que os problemas de saúde estão relacionados às mudanças na alimentação das famílias, que, por sua vez, têm a ver com a separação entre a produção agrícola e o consumo, mudanças típicas da desestruturação do modelo camponês tradicional (o que já foi colocado, de alguma forma, nos relatos das demais entrevistadas). Ela também traz essa discussão para os grupos com os quais trabalha.

Hoje a gente trabalha muito, com as mulheres, isso que a gente chama de alimentação saudável, sem agrotóxico, alimento limpo. Essa questão do agrotóxico chegou num ponto que muita gente usa até ao redor de casa. No pátio, nas flores, na horta, no tomate. Passam Dihtane [um fungicida de contato, conhecido por causar

câncer e mutações teratogênicas] no tomate da horta, que é um veneno. Então a gente puxa essa discussão: por que não usa outro tipo de tomate, que não precisa envarar, que não precisa desse cuidado todo? Ele dá pequenininho, mas dá um monte, e os bichinhos não estragam. Parece que não gostam da folha dele, não cortam. Então a gente está puxando esta discussão: o que é mais importante, aquela coisa bonita, grande, ou mesmo que seja pequenininho, mas que seja saudável? E que não provoque nenhuma doença depois? (Izanete)

Ela reconhece que existem várias dificuldades para que as mulheres passem a assumir as práticas agroecológicas no seu dia a dia, e que algumas dessas razões estão relacionadas à sua carga de trabalho excessiva na agricultura familiar.

As mulheres têm dificuldade de implementar, mas têm sensibilidade. É difícil por causa da carga de trabalho que elas têm. Às vezes, dessa forma, com veneno, você não tem que ficar tão atento. Mas isso também é da cabeça das pessoas, porque do outro jeito às vezes até tem que cuidar menos. E também tem essa pressão do sistema, do modelo, que tem que ter um padrão de aparência nas coisas. Aqui os agricultores compram muitas coisas para comer. Nós também estamos fazendo essa discussão nos grupos. Tem pessoas que lidam com o leite, vendem o leite e compram o queijo industrializado. Compram o frango congelado. O acúmulo de tarefas para as mulheres sempre foi enorme: então, hoje elas procuram fazer menos coisas em casa do que faziam no passado. Porque elas têm que trabalhar em outras coisas, e também porque elas chegaram à conclusão de que sempre foram elas que tiveram que fazer tudo: o pão, a bolacha, o queijo, o salame. Já que a renda da propriedade não chega na mão dela, ela não pode planejar o que fazer, também certas coisas ela procura não fazer, como se fosse uma revolta. (Izanete)

A solução, da mesma forma como foi apontada por Efigênia, seria discutir um modelo de produção “camponês” que considerasse

as demandas das mulheres no seu conjunto. Segundo Izanete, se não houver essa discussão, as jovens continuarão resistindo a casar com agricultores e continuarão vendo a saída do campo como a melhor opção, tal como estão fazendo hoje, “porque elas sabem que não vão ter a propriedade da terra; e na cidade, pelo menos, elas conseguem ter o salário delas, e ter mais autonomia”. Mas seria necessário que esse modelo incluísse também o conjunto da produção, não somente o que hoje está nas mãos das mulheres, senão ficaria incompleto.

A gente não quer voltar às coisas como eram antes, porque isso traria mais trabalho para elas outra vez. Não, aí que mora o nó para ser desatado: junto com essa discussão, do fazer em casa, do ter essa autonomia, do saber fazer para não ter que comprar, que também é preservar esse conhecimento, a gente traz a discussão da divisão de tarefas em casa. Não é só delas a responsabilidade. Por que o campesinato está vindo por terra? Porque é uma carga muito grande nas costas das mulheres. Hoje a gente quer um campesinato, mas em uma outra discussão. Vai ter que ser discutido, essa carga não vai ser só das mulheres. Vai ter que ser discutida a divisão de tarefas em casa. Esse é o nó a ser desatado. E elas têm essa dificuldade de convencer o companheiro que ele não vai ser menos homem se fizer um queijo, um pão, limpar o banheiro, essas coisas. Porque hoje é tarefa dela: a comida, a casa, a horta, a roça e ainda as vacas. É uma carga muito grande. Todas têm horta ainda hoje. E é pequenininha, porque não tem espaço para elas, porque eles não dão espaço. Porque a soja tomou conta do resto, ou a pastagem. (Izanete)

Como veremos no próximo capítulo, o que Izanete chama de um novo modelo camponês passa, em sua visão e na do Movimento de Mulheres Camponesas, pela luta política contra o modelo atual de agricultura: pelo enfrentamento ao “agronegócio”, às grandes empresas que dominam o processo agrícola atual (especialmente de sementes e agroquímicos, mas não somente); às monoculturas de eucaliptos e pínus, que destroem áreas que poderiam ser usadas para o plantio de produtos alimentares; e também pelo enfrentamento aos governos, que, por meio das políticas públicas, permitem que

tal modelo se consolide e se fortaleça, explorando e expropriando o campesinato. Para ela, essa luta significa combater, ao mesmo tempo, capitalismo e patriarcado, porque são duas faces de uma mesma moeda, que é a “mentalidade de explorar tudo, as pessoas e a natureza, e de os homens explorarem as mulheres”.

### Zulmira, Lourdes, Carmen, Rosane e Maria: a agroecologia como luta política

As demais protagonistas dessas histórias, Zulmira, Lourdes, Carmen, Rosane e Maria, relatam envolvimento mais direto em lutas ambientais a partir dos movimentos em que estavam engajadas.

Zulmira, participante do MIQCB, sempre associou a luta pela terra à luta por um modelo de produção que não destruísse o ecossistema local. Ela mesma se define: “sou uma militante da inclusão social e da preservação ambiental”. Não existiriam quebradeiras se não existissem palmeiras em pé. A luta pela preservação dos babaçuais faz parte, portanto, da formação da identidade das quebradeiras. A partir de sua experiência com um movimento de mulheres focado na questão ambiental, e pelo contato que manteve com mulheres de outros movimentos da Amazônia (castanheiras, seringueiras, indígenas), conclui que elas têm uma sensibilidade maior para a preservação do que os homens. Tal como as ecofeministas essencialistas, ela acredita que as mulheres, por serem mães, seriam mais propensas ao cuidado com a vida.

As mulheres são mais prevenidas do que os homens. São mais preocupadas com a questão ambiental que os homens. A gente, pela convivência da conservação, de não poder fazer isso ou aquilo, a gente sente mais na pele se a terra está sendo ofendida ou não. Se a natureza, os recursos naturais, estão ou não sendo abusados pelos extrativismos. Nós e a palmeira, na qualidade de mães, somos muito semelhantes. Porque aí agrega a qualidade de mãe com o próprio ambiente. Esse ambiente é quem nos alimenta, é quem nos dá o ar, é quem também tem suas riquezas e potencialidades. E a gente é muito semelhante. Nessas questões, é que eu acho que a gente é mais prevenida. Eu quero viver, mas eu quero dar oportunidade; eu

quero viver, mas aproveitando a potencialidade e as coisas que nós temos. (Zulmira)

Ela possui uma área de pouco mais de um hectare, na região da Baixada Maranhense, onde mantém um sistema agroflorestal, apesar da resistência dos filhos e dos vizinhos, que acham que ela deveria trabalhar de forma tradicional. Zulmira discute com eles sobre o valor de cada coisa, a importância de cada ser em um ecossistema e a necessidade de eles também preservarem a terra e a mata para os próprios filhos e netos. Ela acredita que o consórcio, sem queimar, dando valor a todos os produtos, é a melhor forma de trabalhar: “Nós discutimos muito isso no movimento. Para poder preservar o ambiente, você não precisa destruir, você pode aproveitar tudo sem destruir. Você precisa ter qualidade, e não quantidade”.

Lourdes, do MST, participou nos assentamentos de várias campanhas contra a utilização de agrotóxicos e por mudanças nos sistemas produtivos. Ela já tinha um entendimento, desde a infância no semiárido nordestino, de que era necessário cuidar da terra para garantir a sobrevivência. Porém, a discussão sobre a agroecologia como componente de um modelo de produção mais amplo chegou para ela depois, pela participação nos movimentos.

Pelo que eu me lembro da minha infância, a gente não tinha consciência nenhuma dessas coisas. A terra era pra produzir feijão, milho, e era dali que a gente se sustentava. [...] Minha mãe sempre trabalhou de forma tradicional na agricultura, e foi ali que a gente aprendeu. Pelo que eu me lembro, ela nunca usava veneno, e a gente foi acostumada com isso. Até hoje eu sou revoltada no assentamento quando vejo alguém usando, mas não é porque eu aprendi num curso, mas muito mais porque eu vinha dessa trajetória. Minha mãe dizia: “Olha, se a gente não produzir esse ano, a gente vai passar fome, então tem que ter todo cuidado com a terra”. O cuidado era com a terra, para produzir mesmo. Não era esse conceito de meio ambiente, de defesa de floresta e tal, era muito mais “cuidar da terra”. Por exemplo, esse ano plantava aqui, deixava aqui, descansando, depois a gente voltava para cá. Apesar da terra não ser nossa, a gente dependia dela. (Lourdes)

As disputas relativas à forma de produção dentro dos assentamentos são vistas por ela como uma decorrência, por um lado, da consciência ambiental crescente de setores do movimento e, por outro, da necessidade econômica das pessoas, da falta de apoio às atividades agrícolas pelas políticas públicas, aliadas à dificuldade que muitas pessoas têm em pensar no futuro, quando isso exige ter que abrir mão da pouca renda que podem auferir no presente. Ela considera que, em contextos de extrema pobreza, a proposta agroecológica muitas vezes pode parecer um discurso vazio que não responde às necessidades imediatas das pessoas.

Desde o acampamento, a gente pegava altas brigas. Positivas, digamos assim. Por exemplo, se vai plantar e dá formiga. O pessoal comprava o veneno para a formiga. Vinha o pessoal do MST e fazia curso no acampamento, dizia “Não pode ser assim, a gente tem um jeito diferente de lidar com isso”, e tal. Mas é difícil convencer as pessoas a fazer diferente. Na experiência do assentamento que eu morei, até hoje a gente tem dificuldade de lidar com isso. Não é só com os venenos. Lá tem 900 hectares de cajueiro. Tem que fazer a poda do caju, e em vez de só fazer a poda, eles quase quebram o cajueiro inteiro para vender a madeira, porque é mais um dinheiro que entra. É uma briga permanente. Queimar a terra para plantar também é outra briga. Eles dizem: “Eu aprendi com meu avô”. Isso é muito presente nos assentamentos do MST, é muito forte, não é fácil de mudar. No caso do semiárido é muito isso: agrotóxico e queimar a terra – são as duas coisas que têm mais impacto na vida das pessoas. Mas quem passa por muitas dificuldades de sobrevivência tem resistência a pensar no futuro; isso parece muito distante. As pessoas pensam mais no imediato. Eu fui a cada dia me convencendo de que, se a gente não for cuidando disso, no futuro vai ser um problema muito sério, mas isso tem que ser um trabalho de convencimento permanente. (Lourdes)

Ela afirma que as mulheres são mais sensíveis para essas discussões, em função de estarem responsabilizadas pela alimentação da família e também porque são, em geral, mais preocupadas com

a saúde, de cuja atenção também são incumbidas. Nesse sentido, o cuidado com os demais, que se transforma em “consciência ambiental”, é visto como decorrência da sua condição de gênero. Lourdes também suspeita que seja mais fácil para as mulheres experimentarem práticas ecológicas porque lidam com uma produção relativamente marginal, que não é dirigida de maneira prioritária ao mercado.

Elas são muito mais conscientes, tanto nos grupos de que eu participei trabalhando, como nos que eu visito, no Brasil inteiro. As mulheres têm muito mais consciência ecológica do que os homens. Acho que isso se deve à questão do cuidado mesmo, de ser uma atribuição delas. Por outro lado, a produção do quintal, das frutas, tudo isso é mais fácil de trabalhar de forma orgânica, porque não é “o econômico”, é para subsistência; não é aquele negócio só para vender. Tem alguns grupos em assentamentos que trabalham com orgânico, onde têm homens e mulheres, mas as mulheres estão muito mais nesses grupos do que os homens. O problema é que ainda são experiências localizadas, que não conseguem incidir sobre o geral. (Lourdes)

Carmen, que veio do Pará, também relata que, embora a família utilizasse práticas que mais tarde vieram a ser chamadas de agroecológicas, a questão ambiental era algo distante para eles.

Acho que a gente tinha uma produção agroecológica, porque eu nunca conheci veneno, tampouco outra forma de lidar com as coisas. As coisas que agora o povo ensina como ecológico, a gente já fazia há muito tempo. Nós éramos ribeirinhos, tínhamos uma área de terra um pouco mais distante do rio e uma parte na beira do rio mesmo. Nós fazíamos a escolha da roça próxima do igarapé, por causa da água. Naquela época a gente não refletia sobre isso. Não se usava veneno, e se fazia tudo para conviver com harmonia com aquilo que a gente tinha, por exemplo: o igarapé servia para colocar a mandioca de molho, para pescar, para pegar a comida. (Carmen)

Ela veio a ter contato com discussões mais sistemáticas sobre as questões ambientais no processo de construção do “modelo de desenvolvimento alternativo para o campo”, na Contag, na década de 1990. Posteriormente, esses problemas foram retomados pelas comissões de mulheres na pauta da Marcha das Margaridas, em 2000, e ficou claro para ela que eram questões não incorporadas como prioridades na pauta política geral da entidade.

A discussão sobre transgênicos, por exemplo, foram as mulheres que trouxeram, em 2000, na Marcha. Saúde também, incluindo a questão dos agrotóxicos, dos alimentos saudáveis e também a agroecologia. De 2000 para cá, as mulheres têm trazido esses debates para dentro da Contag com muita força. Esses temas praticamente só aparecem na pauta das mulheres. Estão na generalidade, no discurso, mas só as mulheres é que têm discutido isso. A pauta da Marcha desse ano [2007] está cheia dessa discussão. Do ponto de vista concreto, são as mulheres que estão fazendo lá na ponta. Vamos fazer um levantamento de experiências agroecológicas construídas pelas mulheres para forçar o debate dentro da entidade. Queremos que as mulheres estejam nas discussões onde se definem as estratégias do movimento sindical, para poder dar mais relevo às questões da agroecologia. São coisas que a gente tem que promover aqui dentro. (Carmen)

Rosane e Maria não relataram terem vivenciado processos de transição agroecológica em suas próprias trajetórias como agricultoras. Quando viviam no meio rural, trabalhavam de forma convencional. Rosane, no oeste de Santa Catarina, quando morava na propriedade dos pais, cultivava grãos, criava gado de leite e suínos, além de produzir cana-de-açúcar e derivados (açúcar mascavo, melado e cachaça); depois de casada, passou a viver na terra de seus sogros, que mantinham um sistema semelhante.

Maria, no sul do Piauí, acompanhava a forma de produzir de sua família, que era a roça tradicional do semiárido, com milho, feijão, mandioca e algodão. Foi conhecer a discussão sobre agricultura alternativa na faculdade de agronomia, na Paraíba.

Ambas saíram do meio rural muito cedo, para trabalhar na cidade e estudar, e depois, por terem assumido papéis de liderança em movimentos sociais da agricultura familiar, não voltaram a exercer a profissão de agricultoras. Mesmo assim, hoje respondem por suas entidades em fóruns regionais e nacionais em que as propostas agroecológicas são discutidas e acompanham a evolução desses movimentos, o debate com os poderes públicos e as propostas que vêm sendo construídas.

Carmen (Contag), Lourdes (MST), Rosane (Fetraf) e Maria (MPA) participam da coordenação de movimentos mistos em que o tema da agroecologia não é central, embora faça parte da proposta estratégica de modelo camponês. Na base de todos esses movimentos existem experiências agroecológicas, e essa discussão está ganhando espaço nas suas instâncias internas. Elas têm consciência de que as pautas dessas organizações não conseguem ainda refletir os problemas concretos enfrentados pelos agricultores e pelas agricultoras que trabalham efetivamente de forma agroecológica, fazendo com que o debate, em geral, permaneça em um nível mais retórico do que prático.